



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

PRESIDENTE: GEORGE HATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 15 DE AGOSTO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Declaro abertos os trabalhos da audiência pública sobre o PL 227/13, de minha autoria, que “estabelece diretrizes para a Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância, e dá outras providências”.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On-Line.

Convido para compor a Mesa o Srs.: Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, Juiz de Direito da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo; Luzia Torres Gerosa Laffite, Secretária Executiva da Rede Nacional da Primeira Infância; Ely Harasawa, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; João Augusto Figueiró, Prof. Dr. do Instituto Zero a Seis; Antonio Rodrigues da Silva, Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

Esta é a primeira de uma série de, no mínimo, três audiências públicas. As outras duas audiências serão realizadas na Comissão de Educação. A ideia desta primeira audiência é expor aquilo que foi redigido fruto de uma série de reuniões com dezenas de pessoas envolvidas nesse tema na cidade de São Paulo, influenciadas pelo artigo 227 da Constituição Federal, pelo Programa Primeira Infância Melhor, da Prefeitura Municipal de Santa Maria, e o Programa Primeira Infância Melhor, fruto da Lei 12.544/06, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Tomamos esta iniciativa não só pela relação tão próxima com o Sr. Secretário Osmar Terra, mas também pela nossa militância na área, já que, nos últimos 15 anos, dediquei-me à criança e ao adolescente, bem antes de ser Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, entre 2005 e 2008. Além disso, participamos do Programa Bolsa Escola Federal, do Ministério da Educação, do Governo Federal, e tivemos influência no atendimento de crianças e de famílias ainda na rede do Comunidade Solidária.

Tendo esse trabalho acumulado e após ter participado da Comissão de Educação e

observado nossas deficiências nas políticas públicas de atendimento para criança na nossa cidade, tomamos, então, a iniciativa de redigir esse projeto, que ainda está em sua primeira versão, uma vez que é passível de profundas modificações se for o caso. Daí a importância desta audiência pública e a presença dos membros desta Mesa para que possamos, de fato, ter uma política que garanta não só os direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também os direitos preconizados no artigo 227 da Constituição Federal.

Além disso, esse é um projeto – e é importante que isso fique claro – que cria uma política pública para o Município de São Paulo que parametriza ações. Ele não pretende em si propor ações, mas cria parâmetros que definem o que é uma política municipal de atenção à primeira infância.

Sabemos que o Governo Municipal vem trabalhando nesse tema desde o início desta gestão, sabemos que o Governo do Estado apresentou o Programa Primeiríssima Infância recentemente e sabemos também que há uma mobilização nacional em torno desse tema. Portanto, sabemos que estamos no caminho certo e no momento certo de trazer este debate para a Câmara Municipal de São Paulo.

É importante deixar claro que se trata da discussão de uma política pública que propõe parametrizar ações do Governo e não se propõe, efetivamente, mexer na educação, na saúde, na assistência, na cultura ou no esporte, ou seja, em políticas correlatas. Ela propõe uma diretriz municipal para a criação dessas políticas.

Acho que as bases mais importantes do projeto residem na intersetorialidade das ações, na necessidade dessa intersetorialidade e na necessidade de ancorar a política pública em ações com a família. Talvez essa seja a parte do projeto que não esteja tão, digamos, clara, mas nós que militamos nessa área sabemos da importância da atenção à criança e à família. Não pode ser algo dissociado. Portanto, temos que pensar em políticas que criem uma atenção especial a famílias de extrema vulnerabilidade social a partir de visitantes não só do PSF – Programa de Saúde da Família –, mas de outros programas que possam, de forma

articulada – assim como os APSs - Agentes de Proteção Social que eram visitadores e orientadores de família – identificar demandas dessas famílias não atendidas pelo Poder Público e organizar essas demandas para que o Poder Público possa dar a atenção necessária. Porque, muitas vezes, os programas existem, mas não o acesso a eles nem o conhecimento sobre eles.

Então, essa também é uma ação de reconhecimento de direitos, que muitas vezes é uma ação que pode parecer menor, mas não é, pois o primeiro passo para garantir direitos é conhecê-los.

É disso que se trata o projeto, que é extenso e que vamos submeter à apreciação pública para que possamos ter algo bastante consistente.

Na sua tramitação, esse projeto não será dissociado daquilo que o Poder Executivo Municipal está planejando. Convidamos a Primeira Dama Ana Estela para estar presente hoje. Não podendo comparecer, pediu que estivesse presente o Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sr. Rogério Sottili, e o Sr. Antonio Rodrigues da Silva, da Secretaria Municipal de Educação, para que possam nos contar como está a tramitação.

A partir do lançamento do Programa Municipal, que, parece, será no dia 30, poderemos, então, fazer ajustes necessários para ele, que é fruto provavelmente de um decreto do Sr. Prefeito, se torne uma política pública municipal a partir dessa lei. Quer dizer, perenizando a ideia do Governo e ajustando-o do ponto de vista legal, ou seja, do arcabouço legal, jurídico necessário para que possa funcionar sem nenhum tipo de contestação.

Eram essas as minhas palavras iniciais. Mais uma vez agradeço a todos a presença e começo esta rodada de debate convidando o Sr. Secretário Rogério Sottili para utilizar a palavra.

Lembrando que tudo está sendo gravado e que tudo o que for proposto, sugerido, criticado, a ideia é essa mesmo criticar será utilizado na análise da tramitação do projeto nas próximas comissões.

Tem a palavra o Sr. Secretário Rogério Sottili.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI – Boa noite a todos. É uma grande satisfação estar presente nessa importante audiência pública de iniciativa do nobre Vereador George Hato. As presenças na mesa indicam a força desse evento e a sua importância com fortes e qualificadas representações das áreas dos direitos das crianças e dos adolescentes. Agradeço o convite e saúdo os participantes do evento. Também aproveito para justificar a ausência da Secretária Luciana Temer porque o Prefeito Fernando Haddad e o Dom Odilo farão uma visita a um abrigo e também peço licença para me ausentar na sequência porque temos de acompanhar essa agenda.

O meu coordenador da área da criança e do adolescente, Fábio Silvestre, que se encontra aqui no plenário, ficará à disposição para qualquer esclarecimento caso seja necessário.

Quero felicitar o nobre Vereador Floriano Pesaro pela iniciativa de apresentar o projeto de lei que estabelece as diretrizes para a Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Primeira Infância. Registro a feliz coincidência do PL 227 ter o mesmo número do artigo da Constituição Federal que estabeleceu um novo paradigma da doutrina da proteção integral e garantias de direitos da criança e do adolescente, dando origem ao ECA.

É um grande mérito a iniciativa parlamentar de atribuir relevância e conceder atenção especial à primeira infância como objeto de seu trabalho legislativo. Sabemos das atribuições na esfera pública municipal em realizar as ações no interesse da primeira infância e é importante lembrar que o ECA afirma também o papel e a responsabilidade da família na sociedade nas diferentes esferas de governo para consolidar a atenção às crianças.

Viver a primeira infância com plenitude é o direito de toda a criança e isso depende da decisão, do compromisso político e ético e do persistente empenho do Governo. O foco na primeira infância é coerente com a relevância que os seis primeiros anos da vida têm no conjunto da vida humana. Descuidar por omissão, ignorância ou displicência o tempo da

infância é um crime contra as crianças e a sociedade.

Contra a criança porque lhe nega direitos fundamentais como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à família e também à convivência comunitária, ao brincar, à cultura, à educação própria dos anos iniciais da vida e ao meio ambiente saudável. E contra a sociedade porque significa ignorar as feridas sociais como a mortalidade, morbidade, desnutrição infantil, violência, abandono e exclusão.

Há uma relação intrínseca entre a proposta apreciada e o Plano Nacional Pela Primeira Infância, pois nas duas frentes são traçadas as diretrizes gerais e estabelecidos os objetivos e as metas que tanto o País como o Município devem realizar por suas crianças em cada um dos direitos. Direitos esses proclamados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas leis setoriais da educação, as leis da saúde, da assistência, da cultura e de outros setores que lhe dizem respeito.

Esse contexto, prezados companheiros, reafirma as conclusões do PNPI de que a infância constitui uma etapa de vida com sentido e conteúdo próprios. Formar adultos inteligentes, criativos, empreendedores com ampla flexibilidade mental não deve ser objeto da atenção à infância, mas acaba sendo a consequência da ação dos primeiros anos de vida. Ou seja, nós não podemos olhar para as crianças na perspectiva do adulto que queremos ver nela. Olhamos para elas por serem crianças, cidadãos, sujeitos de direito. Entender a criança como pessoa em desenvolvimento implica dar plenitude ao momento da infância em si mesmo. Isso quer dizer, como descrito no próprio PNPI, que a criança vive um conteúdo próprio da existência humana intransferível para outras idades e sedimentadora da adolescência, da juventude e da vida adulta.

A 27ª sessão especial da assembleia da ONU aprovou o documento *O Mundo para as Crianças*, do qual o Brasil é signatário. Entre suas diretrizes estão: colocar as crianças em primeiro lugar, erradicar a pobreza, investir na infância, não abandonar nenhuma criança, cuidar de cada criança, educar cada criança, proteger as crianças da violência e da exploração,

proteger as crianças da guerra, combater o HIV/AIDS para a proteção das crianças, ouvir as crianças e assegurar a sua participação, proteger a terra para as crianças. Essas diretrizes devem ser o nosso norte, devem construir o nosso olhar para as crianças e orientar a atuação política para elas.

O Município de São Paulo tem quase um milhão de crianças de zero a seis anos de idade, representando aproximadamente 8% de toda a população da Cidade e nesse cenário observamos grandes avanços na área da infância nos últimos anos. A extrema pobreza na primeira infância foi praticamente erradicada e a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos, por exemplo, caiu de 26,5%, em 1995, para 13%, em 2011.

Mas, ainda temos inúmeros desafios pela frente. Se buscamos a territorialização de dados, ainda há muitos distritos com elevada mortalidade infantil, além de outros problemas relacionados com a primeira infância, como a gravidez na adolescência, na faixa de 2% de grávidas com até 19 anos de idade. Nas regiões extremas cerca de 20% das famílias têm renda per capita de até meio salário mínimo e há altíssima taxa de homicídios de jovens – 35 em cada 100 mil – 30% das crianças nessas regiões estão fora das creches. Penso então que precisamos de fato ter foco na criança, na família, nos cuidadores e na atenção aos públicos vulneráveis.

O PL apresentado pelo Vereador Floriano Pesaro vai ao encontro dessa preocupação e a partir da discussão dessa audiência creio que teremos um belo produto para avançar. Não podemos perder de vista que as leis já existentes devem ser implementadas e não será diferente com essa que será construída para a primeira infância. Não podemos nos contentar apenas com as leis, devemos garantir a sua efetividade plena. Precisamos acima de tudo garantir os direitos de nossas crianças e adolescentes para que possam ser crianças e adolescentes hoje e que possam viver suas vidas como merecem, construindo seus futuros com dignidade. Parabéns Vereadores Floriano Pesaro e George Hato, muito obrigado por essa participação e um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Muito obrigado, Secretário Rogério, mais uma vez agradeço sua disposição, a disposição do Governo Municipal. Precisaremos estar juntos na construção desse arcabouço legal que vai, na verdade, garantir a execução e a perenidade dos programas que estão sendo ora propostos pelo Poder Executivo, que o senhor possa nos ajudar nessa interlocução.

O SR. ROGÉRIO SOTILLI – Estou completamente à disposição porque essa é uma iniciativa extremamente importante para o nosso País e Município e é uma iniciativa que todos devemos somar esforços para ver garantidos os direitos das crianças e dos adolescentes na nossa Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – A próxima fala é de um profundo conhecedor do tema do lado do Judiciário, um grande incentivador de políticas de proteção de crianças e adolescentes e da garantia aos seus direitos. Tem a palavra o Dr. Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, que já foi juiz corregedor do Tribunal de Justiça e hoje juiz na Lapa e está representando a coordenadoria da infância e da juventude do Estado de São Paulo.

O SR. REINALDO CINTRA TORRES DE CARVALHO – Boa noite a todos. Gostaria de agradecer o convite do nobre Vereador Floriano para participar dessa audiência pública que nem precisaríamos mencionar a sua importância e do momento oportuno em que ela surge. Penso que todos nós que estamos aqui trabalhamos com a infância e a juventude e todos temos uma preocupação muito grande com os destinos daqueles que são menos protegidos ou menos capacitados para autoproteção e necessitam de uma atenção especial, de cuidados dos adultos para que possam se desenvolver e ao final de sua juventude se tornarem cidadãos produtivos que possam contribuir para a melhoria própria de toda a comunidade.

Infelizmente, temos sempre visto uma preocupação muito grande e muito severa com medidas que buscam resolver problemas que ocorrem no dia a dia da nossa vida. Existe uma preocupação pequena ou uma efetividade quase inexistente na profilaxia, na prevenção

daquilo que pode gerar problemas no futuro.

Cuidarmos da primeira infância é uma medida extremamente salutar e preventiva porque uma criança que tenha os cuidados necessários - tanto na parte de saúde, em todos os seus sentidos, e tenha uma família competente - será um jovem melhor e um adulto melhor ainda.

O que precisamos - e acredito que essa lei dará uma grande contribuição - é quebrar o ciclo em que vivemos, que é o descuido com a criança, com o adolescente e a preocupação depois com uma juventude, que, infelizmente, usa da violência para atingir seus sonhos e objetivos. E há adultos que fazem da mesma forma e contribuem para que a nossa juventude cada vez mais se enterre na realização de seus sonhos e de suas perspectivas de vida, dentro de um consumismo, de uma visão deturpada daquilo que seja a vida em comunidade, em sociedade.

A oportunidade e a necessidade de projetos como esse é que tem por objetivo estancar esse ciclo vicioso, essa repetição de erros em que a preocupação acaba sendo, infelizmente, a construção de uma quantidade enorme de casas de acolhida, na construção de unidades da Fundação Casa, de centros de atendimento para crianças e adolescentes com problemas psicológicos e psiquiátricos, quando, na verdade, a preocupação deveria ser no sentido de evitar os acolhimentos, evitar as necessidades desses centros especializados, de evitar ou tornar desnecessária a construção de unidades de contenção para a nossa infância e juventude.

Quando se percebe essa preocupação, quando se tem em mente que cuidando para que uma infância seja saudável e sadia, cuidando para que as famílias possam cuidar de seus filhos, estamos dando um grande passo no sentido de quebrar essa sequência de crianças não bem cuidadas que geram famílias que não serão bem cuidadas, que gerarão filhos mais uma vez sem cuidados e assim por diante, a repetição do mesmo erro. Esse projeto bem implementado e atendendo ao seu objetivo, a gente terá o primeiro passo para quebrar

esse círculo, que é cuidando de uma primeira infância, para que nós tenhamos crianças em idade escolar com capacidade cognitiva, com discernimento, com saúde, com perspectiva de criar seus próprios sonhos e a possibilidade de atingi-los depois, a gente deu, talvez, o maior passo para que tenhamos uma sociedade mais justa, mais igualitária e dentro daquilo que se espera, ou seja, crianças e jovens que serão adultos produtivos e adultos que não cometerão os mesmos erros que nós, infelizmente, temos cometido através do tempo. Nós, adultos, responsáveis por cuidar, e não estamos conseguindo desempenhar essa nossa função da forma que deveria ser.

Então, nessas curtas palavras aqui, deixo a manifestação, o grande apoio que a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, através do Desembargador Antonio Carlos Malheiros dá a essa iniciativa, a importância que ela representa para o Poder Judiciário, uma vez que o Judiciário sendo a última porta a se bater para resolver o problema da infância e da juventude, ele terá condições de se preocupar efetivamente com aquilo que precisa e não com o descaso de todos nós com a infância e juventude, mas sim poderemos dispensar nossa atividade jurisdicional para cuidar daqueles que efetivamente precisam e não daqueles que são descuidados que, infelizmente, é a grande maioria do público atendido pelas Varas da Infância e Juventude, pela ausência de creche, pela ausência de escola, pela ausência de atendimento na área de saúde, pelo não atendimento das necessidades das famílias que não conseguem cuidar de seus filhos.

Encerro aqui e mais uma vez parablenzo a iniciativa do Vereador George Hato e, em especial, do Vereador Floriano Pesaro, que é um grande combatente da área da infância e juventude que tem buscado criar condições para que melhoremos o nosso atendimento, a nossa postura e a nossa visão de nossas crianças e adolescentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Muito obrigado. Dr. Reinaldo. O Sr. Reinaldo foi um grande parceiro no Judiciário quando eu ocupei a Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social, no trabalho com as crianças, principalmente as crianças em situação de rua e drogadição. Nós fizemos um trabalho muito parceiro, muito próximo do Dr. Malheiros. Então o Dr. Reinaldo conhece e acompanha o nosso compromisso. Queria, mais uma vez, também agradecer porque sei do seu compromisso como Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao lado do Dr. Malheiros na causa da criança. Portanto, até para os demais companheiros da nossa Mesa, o Dr. Reinaldo é uma âncora no sentido da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes na nossa cidade e no nosso estado.

Passo a palavra ao Dr. Antonio Rodrigues da Silva, que é da Secretaria Municipal de Educação, Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento.

O SR. ANTONIO RODRIGUES DA SILVA – Boa noite a todos e a todas. Tem gente aqui que encontrei logo pela manhã e agora estou reencontrando. Isso só da mostra da força que algumas pessoas nessa cidade têm em torno desse tema. Tem gente que, como já foi dito aqui, que é extremamente zelosa e cuidadosa com essa faixa etária da população que constitui a nossa cidade.

Queria inicialmente cumprimentá-lo, Vereador, pela iniciativa e queria, também, cumprimentar os presentes. Queria agradecer as palavras do Secretário Rogério e queria pautar algumas coisas que aconteceram hoje.

Hoje, às 10h, o Prefeito da Cidade, junto com o Secretário Municipal de Educação, lançou um programa de reestruturação da educação municipal. Às 10h ele anunciou um programa chamado Mais Educação São Paulo e um dos pontos fortes desse programa versa sobre o atendimento às crianças da primeira infância. Um dos pontos que nós estamos nos obrigando, isso por constar não só para ser letra de propaganda eleitoral, mas de compromisso com as pessoas que estão lá dentro da Secretaria e na Prefeitura, é de atendimento e fortalecimento dos equipamentos que trabalham com as crianças de zero a seis anos. É nossa obrigação zerar o atendimento nas EMEIs até 2016. Nós temos isso como compromisso firmado no Plano de Governo e temos anunciado no Programa de Metas.

Com relação às crianças de atendimento para creche estamos nos propondo, Vereador, a concretizar um plano de obras com mais de 240 creches para ao final do Governo construir 53 mil vagas para essas 240 creches. Isso por uma ação individual da Secretaria, por uma ação da Prefeitura de São Paulo com o Governo Federal, por uma ação do Governo Municipal com o Governo Estadual. Isso indica que o Governo Municipal está demandando todos seus esforços para interagir com as outras esferas do poder, porque só assim a gente consegue entender que é possível fazer o atendimento às crianças.

Também nós da Secretaria da Educação só conseguimos entender que atenderemos com qualidade as crianças nessa faixa etária se houver uma ação segura e firme com as demais Secretarias que certamente tem o que dizer, por exemplo, a Saúde, da que acabou de estar aqui o Secretário dos Direitos Humanos, que pautou que nós não devemos olhar para as crianças como o adulto de amanhã. A criança de hoje é sujeito de direitos de hoje e não pensar: “Olha, eu vou trabalhar pensando que vou construir...” Não, nós precisamos entender a criança de hoje, a criança que tem um ano, dois anos e três anos.

Eu, na minha vida, tive oportunidade de ser diretor de uma EMEI na Parada de Taipas, que tinha naquela época 1.200 crianças de quatro, cinco e seis anos num só equipamento. Felizmente hoje, os equipamentos públicos municipais estão avançando não só na qualidade, quanto em quantidade, de tal sorte que não temos mais amontoados de criança dentro de equipamentos, nós temos possibilidade hoje de trabalhar com um número menor de crianças por equipamento, facilitando não só o atendimento, mas facilitando também um maior tempo da criança dentro do equipamento.

Há algum tempo as crianças, principalmente na EMEI, eram atendidas nas unidades por quatro horas. É muito comum na cidade de São Paulo você encontrar EMEIs que trabalham com crianças por seis horas e oito horas. Isso sem me referir às creches que atendem seguramente, no mínimo, oito horas. Nós sabemos da carência que a cidade tem, da dificuldade que a cidade tem para conseguir atender as crianças, particularmente as crianças

de creche. Mas nós também sabemos da nossa disposição e, como acabei de dizer, do esforço e do planejamento que estamos executando para efetivar esses atendimentos.

Isso quer dizer, de um lado, que se nós estamos construindo fisicamente condições para atender 53 mil crianças e se eu estou dizendo que temos aí um déficit superior, a gente tem estimado um déficit superior a cem mil crianças na cidade de São Paulo, quer dizer que tem uma outra faixa, um outro agrupamento que precisa ser atendido. Isso está sendo viabilizado.

Estive ontem com o fórum de Educação Infantil, eu, o Prefeito, o Secretário, numa construção de relacionamento que possibilitará que a gente atenda as crianças, essa outra faixa de crianças, através de convênio. E aqui quero repetir as palavras do Prefeito e do Secretário, atender qualitativamente. Nós vamos fazer convênios, faremos os convênios necessários, mas nós não estocaremos crianças em lugares insalubres onde só a gente as coloque para reduzir o número de crianças que estão matriculadas. Nós queremos atender as crianças com a qualidade necessária para que ela possa se desenvolver plenamente.

Queremos também destacar que um dado importante para atender bem as crianças da cidade de São Paulo é necessário que eu desenvolva um longo projeto de formação dos educadores aqui nesta Cidade, para que a gente consiga fazer com que o educador, sentindo-se bem também, possa realizar um bom trabalho com as crianças.

Está instaurado aqui na cidade de São Paulo um programa de formação, que também foi anunciado hoje, já em funcionamento em 18 CEUs na cidade de São Paulo. Esse programa se inicia com um projeto que está sendo ancorado na cidade de São Paulo chamado UAB, Universidade Aberta do Brasil, já iniciado nesse segundo semestre e ao longo dos quatro anos nós daremos continuidade, propiciando formação inicial, propiciando especializações, mestrados e doutorados para que nós consigamos, ao mesmo tempo em que atendemos as crianças, atender os profissionais que estão atendendo essas crianças.

Também queria marcar aqui, Vereador, que ao ler o projeto de lei que V.Exa.

apresenta, nos faz lembrar de algumas coisas, ou de algumas ações que a própria Secretaria Municipal de Educação está colocando em ordem. Primeiro, o senhor coloca aqui no artigo 7º: “ampliar a oferta de educação infantil”, acabei de fazer referência a ele; “ampliar a participação entre a família e a escola”, dentro da Secretaria Municipal de Educação nós temos uma ação que nós denominamos de gestão democrática participativa, isso pressupõe o chamamento das famílias e dos profissionais para que isso se efetive. No próprio artigo 7, no item IV: “Estabelecer um plano de formação dos profissionais de educação infantil que quando possível conte com a participação dos entes federativos”, acabei de me referir a eles; “assegurar que as instituições de educação infantil formem projetos pedagógicos e aplique-os”, as Escolas Municipais de Educação Infantil e os Centros de Educação Infantil não podem existir sem que ao início de cada ano apresentem um projeto pedagógico. Isso faz parte da política e faz parte das exigências para que aquele equipamento venha funcionar, seja ele direto, seja indireto ou conveniado.

Eu não vou continuar batendo ponto a ponto, Vereador, mas quero dizer que existe um casamento das intenções marcadas por esse projeto e as intenções da Secretaria Municipal de Educação. Nós aqui da Secretaria queremos nos colocar de ombros com V.Exa. para que a gente consiga trabalhar para efetivamente atender as crianças e, como disseram meus anteriores, para adiante a gente não venha ficar no muro das lamentações por conta de não ter feito nosso trabalho. Nós, da Secretaria Municipal de Educação, estamos firmemente, primeiro, em ampliar o acesso e ampliar com qualidade os convênios e ao final do Governo ter atendidas as 150 mil vagas para poder atender as crianças da cidade de São Paulo.

Quero parabenizá-lo e colocar a disposição a Secretaria Municipal de Educação nesse entendimento que V.Exa. está se colocando.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Obrigado, Sr. Antonio Rodrigues da Silva. Queria fazer uma solicitação para que você possa dirigir esse projeto ao Secretário

Callegari. Eu não tive oportunidade de conversar com o Secretário ainda sobre esse assunto. Mas eu tenho outro projeto de lei que é o Inclu, que transforma em lei o Programa Incluir, pessoas com deficiência. Mas este projeto, se o senhor pudesse encaminhar ao Secretário e pedir um parecer técnico também da Secretaria no seu conjunto, seria muito interessante. Em algum momento vai haver uma consulta ao Poder Executivo para avaliação da sanção ou veto do Prefeito, mas isso é o finalmente do finalmente, daqui seis meses. Se nós pudermos antecipar: “Olha, a Secretaria da Educação identificou essas questões que estão certas, estão amparadas na Constituição e em legislações superiores, mas essa parte nós pensamos diferente” e ir adequando o projeto para quando chegar lá na frente ele estar mais próximo da intenção do Poder Executivo também.

O SR. ANTONIO RODRIGUES DA SILVA – A ATP, Assessoria Técnica de Planejamento, tem um grupo de profissionais que fazem a leitura dos projetos afeitos à educação. Certamente nós, da Secretaria Municipal de Educação, entraremos em contato com o senhor e com o gabinete do senhor, para que a gente possa bater ponto a ponto, não só como eu estava fazendo aqui, onde a gente pudesse caminhar e verificar o que nós, da Secretaria, ainda não estamos fazendo para que esse projeto consiga cobrir essa outra parte que nós não estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Muito obrigado e muito obrigado pela presença também e parabéns pelo lançamento desta manhã.

Queria convidar a Sra. Luiza Torres Laffite, da Rede Nacional da Primeira Infância, para comentar o nosso projeto de lei.

A SRA. LUIZA TORRES LAFFITE – Muito obrigada, Vereador, pelo convite. Parabéns pela iniciativa.

Apresentarei um pouco a experiência que estamos tendo da Rede Nacional da Primeira Infância exatamente na construção dos Planos Municipais da Primeira Infância, que, fundamentalmente, são planos de desenvolvimento infantil e que abarcam muito desse projeto

que o senhor está nos apresentando.

Temos aqui a presença de várias instituições que são representantes da Rede, inclusive na Mesa. A Rede é formada por um grupo de 135 organizações representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, sendo que 60% da Rede é constituída por representantes da sociedade civil. A Rede tem um caráter que considero muito forte, que é sua capacidade participativa, tendo como missão monitorar e avaliar as políticas públicas relativas à primeira infância alicerçando-se em 13 ações finalísticas previstas no Plano Nacional da Primeira Infância, de que provavelmente o senhor deve ter conhecimento – foi citado aqui – que norteiam nosso trabalho em defesa da primeira infância.

Essas 13 ações finalísticas não focam apenas na saúde, educação, assistência social, mas ampliam para várias ações que norteiam esse mundo infantil de 0 a 6 anos, inclusive prevenção a acidentes e todas as ações dentro da Educação Infantil, dentro da Saúde, enfrentamento da violência, a questão do brincar, seja em espaços públicos, ou institucionais.

É preciso chamar a atenção para a questão da diversidade das infâncias. Não podemos falar em uma infância única, mas nas várias infâncias que temos, principalmente nos grupos de segmentos que representam. Temos uma população de 0 a 6 anos em abrigos, à qual é preciso que voltemos um olhar diferenciado. Há também um número muito grande de filhos e filhas de presidiários e presidiárias. Não sei exatamente a realidade de São Paulo, pois moro há 13 anos em Fortaleza, mas sabemos que existem as chamadas “creches presidiárias”, que normalmente abrigam crianças junto das mães. Temos agora uma população mais recente que nos chama a atenção, que são os filhos de 0 a 6 anos de migrantes, que também precisam ser contemplados em nossas políticas públicas.

A Rede Nacional tem um olhar plural para as infâncias, tem um foco muito forte em defesa da intersectorialidade, da transversalidade dessa temática das 13 ações finalísticas, e ela se operacionaliza através das ações-meios. Hoje essas ações-meios compreendem as Redes

Estaduais. Aqui em São Paulo ainda não houve condições de implantar, apesar de termos um número grande de associados. Mas acredito ser uma questão de tempo; certamente haverá essa mobilização. Há também os Planos Municipais, que já estão começando a ser efetivados. O Plano Municipal é um exercício muito participativo porque é feito, num primeiro momento, com um diagnóstico no município dos indicadores principalmente das 13 ações finalísticas elencadas no Plano Nacional e, a partir daí, constrói-se um plano fundamentalmente participativo, inclusive com participação das crianças. Essa é uma história da Rede: as crianças nos ajudaram a escrever o Plano Nacional. Ele foi submetido a elas para que opinassem sobre os espaços para lazer.

O Plano Municipal é uma defesa que a Rede vem fazendo. Os municípios, tendo como parâmetro o Plano Nacional, devem definir as estratégias, com base em suas características, tamanho, etc. Após escrito o Plano, ele se materializa em um projeto-lei, reconhecido pelo Conselho, aprovado e inserido no Orçamento.

O Plano Nacional foi referenciado pelo Conanda como uma política setorial desde 2011, algo de extrema valia, pois o Conanda o reconhece como política para infância e adolescência.

A Rede, internamente, é formada por grupos de trabalho que fomentam toda a produção na temática dessa primeira infância e as 13 ações finalísticas já citadas. Há um caráter muito forte na Rede Nacional que também precisa ser levado em conta que é uma ação junto ao Legislativo, procurando desenvolver uma ação de incidência política frente às demandas que temos. A Rede tem um caráter muito forte também com atuação na área da comunicação social. A Rede, de uma esfera federal, tem de falar numa esfera estadual e principalmente numa esfera municipal. Tem sido uma conquista da Rede sua atuação em grandes capitais, inclusive Rio de Janeiro, que lançará os eixos de seu Plano Municipal agora, no final do mês; Fortaleza, que já está em andamento; e outras cidades maiores e também municípios menores, do interior, em Alagoas, Pernambuco, Ceará, São Paulo. Enfim, o Plano

Nacional, para ser efetivado, precisa descer em nível de município, mas, fundamentalmente, precisa vir muito ao encontro não só das necessidades, mas das potencialidades que a primeira infância tem naquele município. Então, acredito que essa seja uma questão a ser considerada de modo muito forte na execução do Plano Municipal.

Estamos à disposição na Rede para esse diálogo. Temos, aqui em São Paulo – volto a falar -, uma representação muito forte, que não está presente, mas que está por perto, e que eu acho que pode vir a dialogar de modo bem próximo com esta Câmara e promover realmente uma ação mais efetiva.

Muito obrigada. Espero que possamos contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Luiza, eu gostaria de saber se podemos ficar com um exemplar. Eu não tenho esse exemplar. Posso ficar...?

Eu queria saber se podemos ficar com um exemplar. Eu não tenho esse exemplar. Posso ficar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE FLORIANO PESARO – É seu. Queria agradecer a sua disposição de ter vindo a São Paulo, enfim, de ter nos ajudado um pouco aqui nessa tramitação, e que a gente possa estar junto novamente em outras audiências públicas.

Muito obrigado. Parabéns pelo trabalho e pelo protagonismo sobre o tema.

Tem a palavra, para a sua exposição, a Sra. Ely Harasawa, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

A SRA. ELY HARASAWA – Boa noite a todos. Gostaria, em nome da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, cumprimentar o Vereador por estar propondo um projeto específico para a primeira infância. A Fundação Maria Cecília é privada, familiar, que tem como foco a geração e a disseminação do conhecimento em prol de um desenvolvimento saudável da primeira infância. Então, além de fazer a ponta de levar o conhecimento gerado pela ciência para quem precisa aplicar esse conhecimento, nós temos alguns projetos, e um deles foi o que

o senhor citou, o *São Paulo pela Primeiríssima Infância*. A partir de uma experiência que tivemos com alguns municípios no Estado de São Paulo, nós provocamos o Estado a levar essa iniciativa para o Estado como um todo. Esse projeto vai trabalhar com gestantes e crianças até três anos de idade. É uma parceria feliz, de a gente poder levar essa atenção, e a importância do investimento nos primeiros anos de vida para 40 municípios do estado, nessa primeira fase.

A partir dessa experiência que tivemos com os municípios, eu gostaria de fazer algumas considerações aqui no seu projeto, que é bastante abrangente e que traz diretrizes. E eu gostaria de fazer alguns comentários com relação às diretrizes, que elas são um pouco mais conceituais, porque as diretrizes trazem uma concepção tanto de criança como de atendimento, e essa percepção da criança.

O projeto de lei faz essas menções, mas eu gostaria de dar alguns reforços, no sentido de considerar a criança como um ser, como diz o ECA, indivisível. Ou seja, ela é integral, integrada, o seu desenvolvimento e a promoção desse desenvolvimento deve se dar de forma integral. Então não apenas colocar os aspectos físico-cognitivos, mas também considerar a questão dos vínculos, do desenvolvimento emocional e afetivo, que é bastante importante, e o social.

A questão da família, como você já citou também, é fundamental. E pensar que essa família precisa ser fortalecida. Não dá para pensar a criança sem a família, mas pensar em ações específicas também, que a família precisa ser não apenas informada, mas orientada, para que ela seja a promotora de um desenvolvimento saudável das suas crianças.

A questão da intersetorialidade também foi citada. Mas, como diretriz, eu acho fundamental o reforço de que é importante não apenas o trabalho intersetorial, mas a importância de se construir uma rede de atendimento que seja articulada e que envolva não apenas o serviço, o Executivo, mas o judiciário também, o legislativo e os conselhos, tanto de direitos quanto conselhos de saúde, assistência, educação, que são instâncias definidoras das

políticas.

Foi citado no projeto também o processo de formação dos profissionais. Esse item é fundamental. Mas é importante trazer também a orientação de que essa educação seja continuada. Temos visto processo de formação importante, mas a efetividade só se dá quando são processos contínuos.

E, finalmente, a garantia dos recursos no orçamento. Isso é fundamental, porque dá a concretização e a possibilidade de sustentabilidade dos programas e das ações, que não seja só de uma arrecadação dos fundos municipais, mas também que estejam contemplados no orçamento, como é citado aqui no final do projeto de lei.

Só uma observaçãozinha: os percentuais de doações para o fundo estão trocados. São até 6% para pessoa física e até 1% para pessoa jurídica.

P – Do lucro líquido.

R – Como?

P – Do lucro líquido das pessoas jurídicas.

R – Não, é do imposto devido.

P – Não, mas no caso da pessoa jurídica é do imposto devido do lucro líquido.

R – Isso.

P – Porque as empresas que têm lucro presumido não podem doar.

R – Isso, é porque está 6%.

P – Está errado.

R – Isso, só alterar os percentuais. Mas gostaria de parabenizar e colocar a Fundação Maria Cecília à disposição, porque todo mundo que quiser fazer um trabalho sério pela primeira infância terá o nosso maior apoio.

P – Muito obrigado. Queria aproveitar, já que a Sra. Eli traz essa questão. O projeto tem vários errinhos, inclusive de português. Não há problema. É assim mesmo. O Dr. Reinaldo já identificou uma série de erros. Não tem problema, porque na tramitação vamos corrigir –

tanto os erros de português, que eu já identifiquei alguns também. Não tem problema, porque vamos fazer uma revisão, e na tramitação a gente vai apresentando substitutivo, para corrigir, digamos, os erros formais. E até do ponto de vista da técnica legislativa o projeto é exausto, pesado, repetitivo – o Prof. Figueró que vai falar. Em seguida, já havia também identificado que é muito repetitivo. Então, se pudermos enxugá-lo, facilitaremos a compreensão por todos os atores envolvidos.

Há uma questão interessante: eu tive uma experiência muito positiva, com o apoio do Dr. Reinaldo, da Corregedoria, justamente no tratamento de crianças com drogadição, que foi a criação da rede dos CRECAs, que eram centros de referências da criança e do adolescente em São Paulo. E a criação desses CRECAs, e também, em paralelo, quando fizemos a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, nós fomos obrigados a criar um fluxo de atendimento, com o apoio do Tribunal de Justiça. E esse fluxo de atendimento deu ao caráter intersetorial da política as responsabilidades de cada ator. Então é interessante, porque é intersetorial. Maravilha. Mas qual é a responsabilidade da educação? Qual é a responsabilidade do professor, na sala de aula, quando vê que uma criança está agindo de uma forma diferente do que ela vinha agindo, porque foi vítima de violência doméstica? Então é interessante definir no projeto que essa intersetorialidade vem com a responsabilidade no fluxo de atendimento, enfim, não visão desse coletivo do atendimento necessário. Então você tem toda razão.

No Art. 5º, é só colocar essa ideia aqui. É claro que é uma ideia importantíssima: capacitação continuada de profissionais nas redes de educação, saúde, etc. É uma palavrinha, mas ela muda todo o contexto.

Agradeço mais uma vez a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal pelo trabalho que vem executando em todo o Brasil como protagonista desta área também.

Tem a palavra o Prof. Dr. João Augusto Figueró, do Instituto Zero a Seis.

O SR. JOÃO AUGUSTO FIGUERÓ – Boa noite a todos. Meu agradecimento ao

Vereador Floriano Pesaro, pelo convite. É uma honra e um enorme prazer estar aqui nesse dia.

Recebi, há um bom tempo atrás, um email do Vereador Floriano que dava conta deste projeto de lei. E eu confesso que não me surpreendi, porque a atuação do Vereador, tanto no Executivo, na Secretaria de Assistência Social, como aqui no Legislativo é marcada por uma extensa e prolongada preocupação com a questão da infância e as populações mais vulneráveis. Parabéns, Vereador Floriano, é um momento para comemorarmos. Não tenho dúvida de que este projeto é um marco decisivo na história deste município.

Não precisaríamos estar aqui hoje se o art. 227 da Constituição Federal tivesse acrescentado uma palavrinha no seu final: “cumpra-se”. O art. 227 da Constituição Federal, Carta Magna, que rege todas as demais legislações, tem sido sistematicamente desrespeitado, não apenas pelos governos, mas pela sociedade e pela família. Esse artigo é o único lugar da Constituição Federal o binômio “prioridade absoluta”, que é quase um pleonasma, uma redundância, aparece em toda a Constituição Federal. Se olharmos as políticas públicas, o que a sociedade faz, o que a família faz, é óbvio que a infância não é, na prática, uma prioridade, muito menos absoluta. E aí cabe uma reflexão.

Depois de 459 anos de existência da cidade de São Paulo, e mais de 500 anos da existência do Brasil, pós-descobrimento, por que somente agora a criança, a primeira infância, entra na pauta, na agenda dos gestores públicos, dos políticos, assim por diante? Será porque infância, na sua etimologia, significa sem voz? Será uma herança do período da Casa Grande e Senzala, em que a primeira infância ou a infância seja a senzala, aquela parte da população humana que é desprezada nas suas necessidades?

Parabenizo o Vereador Floriano, não apenas pela iniciativa, mas também pela forma. Eu, pessoalmente, tive o prazer de acompanhar de perto esse processo, e posso dizer que Floriano utilizou um processo absolutamente democrático de encaminhar esse seu projeto de lei, por exemplo, para o Instituto de Zero a Seis, para a Rede Nossa São Paulo, a qual eu também represento aqui. Tratamos desse tema também na Secretaria Estadual do Movimento

Nacional pela Cidadania e Solidariedade, o Movimento ADM, através de Nós Podemos, São Paulo. Além disso, parabenizar Floriano pela disponibilidade. Nós, da Rede São Paulo, o convidamos, e ele se deslocou até as nossas reuniões algumas vezes, levando não apenas ele próprio, mas pessoas da sua equipe, da parte jurídica, e ele e sua equipe sempre teve a humildade de acolher as contribuições que essas entidades fizeram. Parabênzo também pela intersetorialidade da sua proposta, a inclusão da família e a inclusão das populações, dentro da população da primeira infância, que é extremamente vulnerável, às mais populações mais vulneráveis.

Esse é um projeto de lei extenso, detalhada, que pretende perenizar, pelo menos, parâmetros e diretrizes para uma política pública não mais de governo, mas de estado, no Município de São Paulo. Portanto, é um avanço fantástico.

Outro aspecto que eu queria salientar e parabenizar é o caráter da universalidade desse projeto de lei: toda criança tem esse direito assegurado na Constituição e ratificado por esse projeto. Também destaco a integralidade, a correção das desigualdades. O Município de São Paulo é sede de enormes desigualdades, e, dentro dessas desigualdades de populações vulneráveis, temos a população indígena da cidade de São Paulo. Poucos sabem, mas nesta cidade se falam dezenas de línguas indígenas.

Temos defendido que lugar de criança é no orçamento, e este é um projeto de lei que obviamente vai determinar que a primeira infância esteja contemplada no orçamento do município. A primeira infância sabidamente é um fator-chave para a redução das desigualdades, para a redução da pobreza. É um momento determinante para a aquisição de todas as demais competências que virão depois disso. É uma janela de oportunidades insubstituível e inadiável de determinados eventos que ocorrerão naquele momento e não ocorrerão depois. É fato-chave na redução da criminalidade, fator-chave na redução da violência, fator-chave na promoção da cidadania, e mais do que isso, no desenvolvimento ético que a ciência nos assegura. As bases da ética e da moralidade se estabelecem nos primeiros

anos de vida. Os fatores de risco e os fatores de proteção da primeira infância para o desenvolvimento de um cidadão construtivo, saudável, de um cidadão, na verdadeira acepção da palavra. Não há mais dúvida do que deve ser feito, do que deve ser oferecido. Não há entre nenhum cidadão brasileiro nenhum argumento, nenhuma justificativa para que uma criança, no país inteiro, por exemplo, passe fome, seja violentada, morra por falta de assistência médica, não tenha acesso aos equipamentos de aprendizado, educação e cuidado nesse período. Não há justificativa para isso para uma criança, que dirá para as milhões de criança no Brasil que não têm esses acessos garantidos.

O conhecimento científico relativo à primeira infância é antigo. A partir de 1921, por exemplo, Verner (?), nos Estados Unidos, e outros autores; a partir de 1970, na Grã-Bretanha, País de Gales, Escócia; em 1978, com Antonof (?).

A partir de 1973 abriu-se a possibilidade na minha área, no caso a neurociência, de mapear o cérebro humano e saber como nós funcionamos ao vivo e em tempo real. Em 2000, James Heckman ganhou o Prêmio Nobel de Economia, mostrando as relações fantásticas existentes no investimento na primeira infância e a taxa de retorno para a sociedade. Enfim, não há mais dúvida do que fazer, como fazer, onde fazer e em que momento fazer.

Não há justificativa para que políticas públicas para a primeira infância não sejam implementadas com seriedade neste País. Políticas para a primeira infância é muito mais do que educação: é saneamento, água e esgoto. No Brasil, hoje, estima-se que em torno de sete a oito crianças morram por dia por falta de esgoto e água potável. São relações afetivas e familiares seguras. São as famílias estruturadas o fator fundamental para o desenvolvimento saudável.

Dia 26, nesta Casa, estaremos co-organizando um evento sobre os filhos do *crack*. Qual é o impacto que o *crack* tem no embrião, no feto, num recém-nascido, numa criança que se desenvolve nesse contexto? Há quanto tempo as políticas públicas não olham para isso? E não olham por quê? Talvez porque não deva ser considerado.

Quero relatar para vocês uma experiência extremamente triste que tive a oportunidade de viver dentro da Rede Nossa São Paulo. Uma pessoa que frequenta o GT da criança e do adolescente nos contou que a razão principal pela qual as mães do projeto que ela coordena levavam os seus filhos até o projeto, não era por causa do projeto em si, mas porque essas crianças nesse local tinham a oportunidade de engatinhar. São pessoas que vivem em casas com nove metros quadrados, em média, onde moram cerca de quatro a sete pessoas, sem o espaço físico para a criança engatinhar.

Isso é lamentável porque a criança precisa percorrer todos os estágios do seu desenvolvimento, inclusive, do desenvolvimento motor. Uma coisa que poderia se fazer é criar nesses ambientes de favela um espaço para as crianças engatarem, um “engatinhódromo”, por exemplo. Pode parecer uma ideia absurda, mas vamos pensar que existem crianças que não têm espaço físico nesta Cidade - a locomotiva do País, o maior PIB Nacional - e as crianças não tem espaço para engatinhar.

Finalizo, parabenizando o Vereador Floriano e espero que o projeto tenha em letras bem grandes e visíveis a todos os gestores, à sociedade e à família o “cumpra-se” porque se não, corremos o risco de termos mais uma lei que não seja cumprida por uma falta dessa real preocupação, não só de um Vereador, mas da comunidade como um todo.

Acho que o Legislativo tem, além da função de legislar, a de fiscalizar o cumprimento das leis. Espero que esta Casa cumpra essa função de fiscalizar a aplicação dessa lei. Estamos à disposição através do Núcleo de Excelência da Primeira Infância da Universidade de São Paulo, a que pertencço; da Rede nossa São Paulo e do Movimento Nacional de Cidadania e Solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Muito obrigado, Prof. Figueiró. A primeira conversa que tive com o Secretário Callegari foi a respeito de uma reclamação do Poder Judiciário, porque cada vez que o juiz mandava colocar uma criança na creche, a fila andava

para trás.

Nós, do gabinete, na prerrogativa de acompanhar a publicidade da fila, da lista da de espera por creche falávamos que havia uma lista, porque algumas pessoas nos pediam para conseguir vagas. Dizíamos que iríamos acompanhar. De repente, a pessoa ia do 66º para 220º lugar. Mas, essa lista é fraudada? Não, não era fraudada. É que alguns juízes colocavam algumas crianças na frente por conta de uma situação de risco iminente. Mas, o fato é que há os juízes, os defensores públicos e o Ministério Público. Cumprir a lei é também acionar e cobrar os nossos direitos.

De qualquer maneira – como sou um legislador que já estive no Poder Executivo durante 17 anos da minha vida profissional como gestor público de carreira federal, estadual e municipal -, sei que também não adianta, quer dizer, não é a letra da lei. Se fosse a letra da lei teríamos resolvido todos os nossos problemas.

Então, é uma questão cultural, é uma questão de déficit, é uma questão de recursos, é um conjunto delas. Estarmos no rumo certo, sabermos qual é esse rumo para, num determinado prazo, tudo o que escrevemos, elaboramos, pensamos e defendemos seja algo superado é um passo para irmos a outras lutas.

Agradeço a presença da nossa Mesa e peço para que todos permaneçam por mais algum tempo.

Tem a palavra a Sra. Gisele, do Avisa Lá e do GT de Educação da Rede Nossa São Paulo.

A SRA. GISELE – Boa noite. Muito obrigada pela oportunidade de falar em nome do Avisa Lá. O Avisa Lá é um centro de formação de educadores que existe há 27 anos. Faço parte do GT de Educação da Rede Nossa São Paulo desde o seu início e também da Rede Nacional Primeira Infância.

Analisamos e tivemos a oportunidade de ler o projeto de lei e o encaramos como uma possibilidade de discutir mesmo uma questão de políticas públicas de diretrizes, mas

sentimos muita falta de como isso pode ser implementado em termos do que foi dito na Mesa intersetorialmente.

O que consideramos como uma possibilidade é de que o projeto determine, de alguma maneira, uma metodologia de trabalho para que isso possa acontecer. Lembrando o que a Luzia falou, quanto mais participativa for a construção dessa política pública, inclusive convocando a sociedade civil para participar disso, assim como os diferentes Poderes e os diferentes setores, mais aumenta a chance de qualquer lei se efetivar e ser legitimada como um aspecto transversal, que precisa de fato acontecer em todas as esferas da sociedade.

A criança precisa ser vista por todos, não por alguns. Enquanto diretrizes, enquanto princípios, claro que pode ser aperfeiçoado. Vimos que há muitas coisas que podem melhorar. Mas, ele precisa também trazer essa questão da metodologia da construção de um plano que cuide dessas crianças de uma maneira integral, senão ficará em princípios e diretrizes.

Como isso pode acontecer? A nossa experiência foi muito rica - está sendo, porque já está sendo realizada há seis anos - sobre a construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, algo bastante complexo, mas que conseguimos envolver a Cidade inteira para pensar todas as subprefeituras, diferentes audiências abertas, enfim, acho que é isso. É difícil? É. Emperra? Emperra, justamente nesta Casa.

Então, para que isso não aconteça, como é que desde o seu início, podemos trazer esse protagonismo da sociedade civil para a construção dessa política? É um pedido que a Rede está fazendo a vocês, incluir essa metodologia participativa na construção do Plano.

Uma questão que acho super importante e não foi citada nenhuma vez refere-se à cultura. As crianças são produtoras de cultura e têm direito ao acesso à cultura em todas as suas formas. Nenhuma vez a palavra cultura está citada. É muito importante ressaltar isso e colocar também a valorização da família. Do jeito como está colocado, parece que tem de receber muito, mas ela também dá muito, sabe? Precisamos saber ouvir a família como aquela que também tem conhecimentos, também tem saberes para nos transmitir e construir conosco.

Então, a minha visão é nesse sentido, de que, de fato, possamos efetivar ações, enfim, um plano que leve em consideração todas as dimensões da criança pequena e todos os atores que convivem com ela de uma maneira mais participativa possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Muito obrigado, Gisele. Quero só comentar de trás para frente.

Primeiro, a questão da cultura tem de ter um papel importante. Se não está claro, temos de dar a devida relevância. Aliás, falei logo no início sobre a cultura e o esporte, porque os dois temas, pensando de 0 a 6, podem estar articulados também.

Do ponto de vista do Plano, temos algumas limitações constitucionais. Existe uma figura jurídica chamada vício de iniciativa, que significa o Poder Legislativo querer impor ao Executivo um programa. Constitucionalmente, isso não é possível. O Poder Executivo entra com uma ação direta de inconstitucionalidade e derruba a lei ou não a executa. Temos diversos casos desses na cidade de São Paulo, a começar pelo Conselho de Representantes, que foi uma lei municipal impedida de ser efetivada e que agora será efetivada, por iniciativa do Poder Executivo com o grande Conselho Municipal de Participação.

Mas, o fato é que nós nos preocupamos como legisladores. Discuti com o Prof. Figueiró sobre implementar políticas de diretrizes, como fizemos para o combate ao trabalho infantil, que é lei na cidade de São Paulo, que é o que criou uma política municipal de combate ao trabalho infantil na cidade de São Paulo. Lei, que criou um fluxo de trabalho, quer dizer, criou um fluxo de atenção, atendimento, etc., mas que depende, na sua implementação executiva, de uma regulação e de definição das responsabilidades, quando falamos de intersetorialidade. Ou seja, SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é responsável por tal acompanhamento, assim como a Educação por tal acompanhamento, a Cultura, a Saúde, o Esporte, os Direitos Humanos em garantir esse conjunto de ações e assim por diante.

Mas, você tem toda a razão. A lei pode induzir, ela faz isso no final. Cobra do Poder Executivo um plano, um programa e que, por feliz coincidência, será lançado provavelmente nos próximos dias.

Então, vamos conseguir até antecipar, antes da aprovação da lei, qual é o programa e, depois, adequar a legislação a ele ou a legislação obrigar que ele seja um pouco mais amplo e etc.

Por último, em relação à mobilização da sociedade civil, é uma grande intenção nossa que isso ocorra. Não é fácil porque há uma desconfiança imensa por parte da sociedade civil em relação às iniciativas legislativas, o que é uma barbaridade, mas é fato.

Por diversas vezes, eu como parlamentar municipal do Parlamento da 5ª maior cidade do mundo, não sou chamado para um debate como este – o inverso. Mesmo apresentando um projeto de lei como este, há dificuldade de dizer que não é meu, é de iniciativa de várias pessoas, sou simplesmente a correia de transmissão na minha função legislativa, que é escrever a lei. A lei não é minha. Quando virar lei, é da sociedade. Então, há essa dificuldade.

Estamos propondo três audiências públicas. Eu fiz duas visitas à UNICEF, a convite do Professor Figueiró, mas nada impede de sairmos com o projeto embaixo do braço e fazer rodadas de debates e discussões até porque as pessoas têm dificuldade de vir aqui também.

Ao final da audiência pública deixaremos um *e-mail* e uma página no *facebook* aberta para que as pessoas possam interagir de forma eletrônica e virtual.

Convido a Sra. Ana Melo, do Fórum Municipal de Educação Infantil, para seu pronunciamento. Ana, a reunião de ontem com o Sr. Prefeito foi do Fórum? Foi do outro Fórum, das conveniadas.

A SRA. ANA MELO – Boa noite a todos. Temos dialogado bastante com o Sr. Vereador nos últimos dois meses e quero agradecer, em nome do Fórum, as oportunidades. Estamos também ligados ao GT Nossa São Paulo e temos acompanhado o trabalho da Rede

Nacional para a Primeira Infância, que tem grande contribuição.

O Fórum Municipal vem discutindo, principalmente o Professor Antônio, é essa opção pela não expansão da rede direta. Tivemos, em 2011, 26,8% de atendimento de 0 a 3 anos e 86,9% de atendimento de 4 a 5 anos em tempo parcial. O atendimento da rede direta de São Paulo tem 55 mil crianças e na rede privada e conveniada, 189 mil.

A opção pela não expansão da rede direta tem trazido um impacto, que o Juiz Reinaldo falou bem, que para quebrarmos esse ciclo de exclusão e maltrato a infância, vamos ter de analisar o tipo de creche e o atendimento das vagas. Não são somente as favelas que não tem engatinhodromo.

Estamos com um problema bastante sério. Evidentemente, cada governo herda esse problema, não nasce agora com este governo e é uma questão impactante para o governo pensar que o PL do Vereador Floriano vem só contribuindo no nosso modo de pensar para esses impactos. Por quê? Porque, como bem disse o Dr. João, é uma política de Estado, não é deste ou do outro governo. É uma política que vai ficar e nós, que estamos no movimento social, na área, teremos de negociar, pressionar, mexer com as tensões que existem no Município, não só neste por que todo o Brasil padece do mesmo problema.

A opção que o Brasil tem feito de ampliação da rede direta e que vemos no programa lançado hoje que o destaque que se tem de financiamento público são ainda para as redes e para os convênios, sem análise do que tem sido esses convênios, nós também não vamos quebrar o ciclo, infelizmente Dr. Reinaldo, não será desta vez, e a infância vai padecer assim como as famílias.

Afora os destaques que as colegas trouxeram, penso que esta questão é muito difícil para a infância desta Cidade, o Vereador Floriano sabe disso porque já foi Secretário e etc.

Sei que não é fácil e é um problema político que vem se alongando. Estamos na briga pelos 10%, mas se continuarmos com essa opção, teremos problemas de avaliações

para resolver e enfrentamentos sérios. Todos os critérios, Vereador que V.Exa. descreve muito bem, e esses princípios e diretrizes são muito difíceis de cumprir. Não vem ao caso agora, mas cada ponto das diretrizes e dos critérios, como V.Exa. descreve muito bem, não damos conta. Mesmo pensando interdisciplinariamente, ainda temos uma tarefa bastante árdua para resolver com essa opção.

Além do mais, o Município de São Paulo não aplica nem 25% para a Educação. Isso é sério. Estamos em um governo que dá para conversar sobre isso. Não adianta tecermos diretrizes e princípios quando não se tem nem os 25% básico para a Educação. É preciso dinheiro para enfrentar um PL desse.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Eu que agradeço os comentários da Ana, que conhece bem a rede e sabe das dificuldades que temos. Mas, Ana, vamos tentar avançar.

Há uma dúvida que precisamos discutir ao longo das próximas etapas, se o projeto deveria ter esses critérios e princípios tão definidos ou se deveríamos ter princípios mais gerais. Até conversamos com o Professor Figueiró sobre isso. Temos de avaliar até para poder manter certa efetividade da implementação da legislação. Como são diretrizes, são parâmetros, então, imaginamos que quanto mais específicos fossem os parâmetros, melhor seria para implementação da política pública, mas talvez não seja esse o melhor caminho, precisamos avaliar.

Eu queria convidar a Indira Arruda, do Fórum Paulista de Educação, para fazer suas considerações. Posteriormente, poderemos encerrar para retomar na audiência pública da Comissão de Educação.

A SRA. INDIRA ARRUDA – Boa noite a todos. Sou do Fórum Paulista de Educação Infantil e também professora da rede municipal. Primeiro, quero dizer que fiquei feliz com a fala da Sra. Gisele, que retomou a presença do Plano de Educação da cidade de São

Paulo nesta Casa, que estamos nessa luta desde 2008. Faço parte da comissão que foi criada para inaugurar o processo de debate e criação do Plano de Educação da cidade de São Paulo, mas até hoje ainda não conseguimos aprová-lo, enfim, inclusive estamos tentando pautar isso na Conae para que todo esse histórico não fique perdido.

O SR. FLORIANO PESARO – Vou fazer uma sugestão, Sra. Indira, que vale para todos os que estão envolvidos nesse processo. O Plano Municipal de Educação está na Comissão de Administração, cujo Presidente é o nobre Vereador Gilson Barreto e Relator é o nobre Vereador Mario Covas Neto, ambos do meu partido. Vocês precisam conversar com eles.

A SRA. INDIRA ARRUDA – A gente já conversou.

O SR. FLORIANO PESARO – Então vamos juntos, contem comigo, porque não é possível! Agora foram marcadas mais quatro audiências públicas, e precisamos definir o tempo de tramitação, porque temos de votar esse Plano até dezembro. E o Plano não foi ainda para a Comissão de Educação, que é a comissão do mérito. As duas são de mérito, porque tratam de administração e de educação. Nós sugerimos que houvesse audiências públicas conjuntas das duas comissões de mérito, porque ganharíamos tempo regimental e procedimental, mas não foi possível porque o ambiente político nem sempre é o que esperamos.

Mas quero estar junto com vocês para voltarmos a conversar com eles.

A SRA. INDIRA ARRUDA – Agradeço. Segundo, quero colocar também o Fórum à disposição para esse debate. Fiquei feliz, pois haverá outras audiências sobre esse PL. E também quero reforçar a fala da colega que abordou a questão da cultura, não somente a criança como receptora de cultura, mas como produtora de cultura, e a sociologia da infância tem muito a contribuir com isso, uma ciência nova que tem estudado essa questão da criança como produtora de cultura. Deixei algumas sugestões para as próximas audiências de reforçar essa necessidade de considerar também as culturas infantis, que são várias, pois a criança é produtora de várias culturas e várias linguagens.

Parabenizo o nobre Vereador por trazer esse debate da infância, que está cada vez mais latente e está vindo à tona na nossa sociedade, tanto é que, semana passada, realizamos uma conferência livre nesta Casa sobre a educação infantil; e no processo da Conae, tivemos o entendimento que, dentro de tantos eixos que o documento da Conae traz, a educação infantil estava ficando à margem, então retomamos a importância desse tema e realizamos uma conferência sobre esse tema. Foram muitas as propostas, foram muitos debates, o tempo não foi suficiente, só para se ter uma noção de como esse debate está crescendo muito.

O SR. FLORIANO PESARO – Então aproveito para pedir a ajuda dos dois fóruns, para que divulguem o projeto de lei nos seus respectivos fóruns, pela internet, pelos meios existentes, e colham sugestões para a redação do projeto, porque ainda temos tempo para adequá-lo àquilo que desejamos.

Tem a palavra o Professor Figueroa.

O SR. FIGUEROA – Quero fazer três comentários breves. Primeiro, sobre a preocupação não só quantitativa dos equipamentos das creches, mas também a questão qualitativa desse programa que o Sr. Prefeito está implementando: Por exemplo, num dos planos recentes somente 10% de todas as creches do Município de São Paulo foram visitadas pela Vigilância Sanitária municipal, que verifica, entre outras coisas, se há barata, rato, como é feito o alimento, quais as condições de higiene daquilo que é oferecido às crianças.

Então por que será que a Vigilância Sanitária é tão negligente com essa população? Será que é porque ela não tem voz, é incapaz juridicamente ou não tem potência reivindicatória do ponto de vista político, por exemplo, para que a sua comida seja conservada de maneira adequada ou, pelo menos fiscalizada?

O segundo comentário que vou fazer é em relação à questão da cultura. Na gestão do Ministro Gilberto Gil e com Sérgio Mamberti na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, tivemos a oportunidade de participar da inauguração do Plano Nacional de Cultura, naquilo que concerne a cultura da criança, e conseguimos implementar a cultura da criança, a

cultura com a criança e a cultura para a criança dentro desse plano.

É um plano que tem sido sistematicamente esquecido por todos os gestores municipais, inclusive os gestores municipais de cultura, que no mais das vezes desconhece que existe um Plano Nacional de Cultura e com um setor específico para a cultura da criança, chamado Brincando na Diversidade. Está no *site* do Ministério da Cultura, vale a pena os gestores olharem para isso, porque inclusive existem recursos excedentes do Ministério da Cultura para implementação da cultura da criança nos municípios.

Por último, aproveitando a presença da Sra. Luiza e de outras pessoas, quero dizer o seguinte: a cidade de São Paulo atrai a atenção, os olhares dos gestores públicos de outros municípios e de outros Estados pela sua grandeza, importância, enfim, e acho que esse projeto pode impactar no desenvolvimento de ações similares a essa em outros municípios.

Então, se dermos ampla divulgação a isso que está acontecendo aqui, que é um marco histórico extremamente relevante para o nosso município, no que se refere à primeira infância, acho que eventualmente outros municípios poderão se espelhar nisso para desenvolver suas políticas.

Convido todos a participarem, no dia 26, nesta Casa, das 9h às 13h, do encontro sobre o *crack* e os impactos que isso causa na primeira infância. É algo dramático, que ocorre não só no Município de São Paulo, mas em torno de mais de 30% dos municípios brasileiros estão inundados de *crack* hoje, e é uma questão gravíssima para as crianças pequenas, para os fetos e embriões, para os conceitos e aqueles que serão concebidos. Esse é um diálogo que gostaria que retomássemos aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. FLORIANO PESARO – Muito obrigado. Aliás, esse efeito já surtiu com a lei de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, onde se criou o primeiro Infância Melhor, então, essas leis têm efeito de consolidar uma política nacional no nível local.

Alguém falou aqui da importância do Município, a Dra. Luiza. E como dizia Montoro,

as pessoas não vivem na União, elas vivem no Município, então é no Município que a política pública tem de ser realizada.

Vou passar a palavra ao professor Antônio.

O SR. ANTÔNIO – Quero voltar a falar numa outra reunião, em que tenhamos mais tempo para promover o debate para exaustão, pois a fala atropelada fica mal compreendida em determinados pontos. E um dos pontos que estão pairando aqui foi quando, na minha fala, fui enfático na quantidade e pouco eficaz na qualidade das minhas colocações com relação ao atendimento às crianças.

Recentemente, eu estava Diretor Regional de Educação de Pirituba. E, por mais esforços que fizemos naquela região, não conseguimos aumentar o número de matrículas não só em Pirituba, mas em diversas regiões da cidade de São Paulo. Embora tenhamos aberto novos convênios, fomos forçadamente, por respeito à criança, obrigados a fechar muitos convênios na Cidade, porque as crianças estavam vivendo em ambientes absolutamente insalubres.

Não temos a concepção de amontoar crianças somente para diminuir a listagem de espera de crianças. Queremos sim fazer o atendimento quantitativo das crianças, mas que seja qualitativo.

Oportunamente, que retornemos aqui para debater outras questões que não só estão em nosso programa de governo, mas estão em determinados artigos aqui que o senhor colocou.

Obrigado.

O SR. JORGE LUIZ DOS SANTOS – Agradeço, é um privilégio e uma honra, por estar participando desta audiência. Parabenizo o nobre Vereador Floriano pela sua iniciativa, e dizer a todos aqui, como profissional da área de marketing, faz 40 anos que fico tão surpreso que, por ser tão grande esse país, as pessoas, às vezes, não conhecem o que os outros fazem, até na mesma cidade. Se assistirmos ao jornal hoje à noite, ouviremos 20 notícias de

escândalos, de problemas, etc, mas notícias boas, não as ouviremos nunca.

Sou presidente do Instituto Família e Educação. Recebi essa informação sobre esse projeto de lei. No meu entendimento, deveria ser muito fortemente mencionada a importância da família. Rui Barbosa já disse que “a célula mater da sociedade é a família”. Então, não vemos no instituto forma de desenvolver crianças se aquela estrutura familiar não estiver em condições de desenvolver o conhecimento.

Todos deveriam saber que a criança, no momento que nasce, tem somente 25% dos neurônios conectados, com sinais. É dos zero aos três anos que essa evolução ocorre. Daí a razão da importância da família, para depois poder ser feito todo esse desenvolvimento e todas essas ações de saúde, educação, etc.

Já que foi mencionada aqui a dúvida com relação à implementação dessa lei, o projeto de Santa Maria, por interessante que seja, apresenta uma proposta de coordenação da implementação desses trabalhos e, por surpresa minha, foi definido que a coordenação seja pela Secretaria da Saúde, o que não deixa de ser interessante. Estamos falando de educação, de desenvolvimento, inclusive no projeto do governo do Rio Grande do Sul a coordenação de um grupo de representantes de várias secretarias ficou com a Secretaria da Saúde.

Continuarei participando das outras audiências. Agradeço a oportunidade de participar. Parabenizo o grupo que esteve aqui, mesmo que seja pequeno, mas importante pela relevância que dão ao tema, que será notícia aqui na Câmara, e espero que sejam muito mais ampliadas do que as manifestações que ocorrem na frente desta Câmara, que também são importantes.

Obrigado.

O SR. FLORIANO PESARO – Quero agradecer a ideia de destacar na lei uma coordenação de implementação. Hoje a Prefeitura delega isso – conforme ofício encaminhado pelo Sr. Rogério da Veiga, Assessor especial do Prefeito – ao Secretário Rogério Sottili, responsável pela coordenação da Criança e do Adolescente na Prefeitura Municipal de São

Paulo. Hoje é o Sr. Rogério, a Secretaria de Direitos Humanos, pelo que entendi do que me foi respondido pela primeira dama, Sra. Ana Estela.

Agradeço muito ao Sr. João Figueroa, que tem sido um parceiro leal e tem contribuído com a sua inteligência e conhecimento. Muito obrigado pela confiança, porque num momento em que os políticos são extremamente desconsiderados no debate, mas ainda depositamos neles a esperança de representar os nossos anseios. E agradeço a confiança de tudo, essa é a palavra: confiança, de que estamos construindo coisa melhor.

Agradeço muito ao Dr. Reinaldo, que tem sido grande parceiro há muitos anos. Em 2015, completarão 10 anos que estamos juntos nessa luta. Agradeço ao professor Antonio, peço ajuda com os dois PLs que estão em tramitação nesta Casa, este e o PL do Programa Incluir.

Agradeço ao Sr. Rogério, a Sra. Luiza, a Sra. Eli, a Gisele, a Ana Melo, a Indira e o Jorge, por suas participações.

Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.